

1 HERANÇAS DA GUERRA FRIA

Contemplamos hoje um momento único e extraordinário. A crise no Golfo Pérsico [...] oferece uma rara oportunidade para nos movermos rumo a um histórico período de cooperação. Desses momentos conturbados [...] pode emergir uma nova ordem mundial: uma nova era — mais liberta da ameaça do terror, mais forte na busca da justiça e mais segura na luta pela paz. Uma era na qual as nações do mundo, Oriente e Ocidente, Norte e Sul, podem prosperar e viver em harmonia. Uma centena de gerações procurou esse elusivo caminho da paz, enquanto mil guerras rugiram através da aventura humana. Hoje esse novo mundo debate-se para nascer: um mundo muito diferente daquele que conhecemos. Um mundo no qual a palavra da lei suplanta a lei da selva. Um mundo no qual as nações reconhecem sua responsabilidade compartilhada pela liberdade e pela justiça. Um mundo no qual o forte respeita os direitos do fraco. Esta é a visão que eu compartilhei com o presidente Gorbatchev em Helsinque.

(GEORGE H. BUSH, TOWARDS A NEW WORLD ORDER, 11 de setembro de 1990)

Europa" é uma idéia bastante recente, do ponto de vista histórico. Embora o termo seja muito antigo, só a partir do século XVII ele passa a ser mais empregado e o seu uso generaliza-se apenas no século seguinte. Antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os europeus estavam pouco interessados na Europa como entidade política.

A história da evolução política do continente corresponde a uma sucessão de heranças superpostas que foram deixando marcas, algumas delas presentes, de uma forma ou de outra, até os dias atuais. Uma das heranças mais remotas pode ser identificada com o Império Romano, herdeiro ele mesmo da tradição cultural grega e o primeiro a conferir

certa unidade política ao espaço europeu. Durante seis séculos, de 46 a.C. a 476 d.C., os romanos, por meio de campanhas militares, conquistaram e mantiveram um amplo domínio sobre a Europa mediterrânea e ocidental, até terem o império destruído pelos povos que eles chamavam "bárbaros" — ou seja, os não-romanos.

A exemplo dos romanos, a união continental foi perseguida, pela via da conquista militar, durante a época de Carlos Magno. Com duração inferior a um século (786 a 843), o Império Carolíngio também conseguiu conferir alguma unidade geopolítica às regiões da Europa centro-occidental.

Bem mais tarde, no início do século XIX, coube à França napoleônica perseguir a unificação europeia. O Império Napoleônico durou menos de vinte anos, mas em seu apogeu subordinou amplas áreas do continente. As guerras contra o domínio napoleônico ensejaram sucessivas coligações de Estados sob a liderança da Grã-Bretanha, que desempenhou no século XIX o papel de mediadora do equilíbrio geopolítico dos países do continente.

O Congresso de Viena (1814-1815) reconfigurou as fronteiras políticas do continente e estabilizou o sistema político-diplomático da Europa pós-napoleônica. Esse sistema caracterizava-se por um equilíbrio multipolar envolvendo as cinco mais importantes potências europeias da época — Grã-Bretanha, França, Prússia (depois Alemanha), Áustria-Hungria e Rússia.

O equilíbrio europeu começou a ser rompido com a unificação alemã. O crescimento do poder econômico e militar da Alemanha, que acabaria transformando-a na primeira potência europeia na virada do século, associado às tensões e disputas entre alemães e franceses e entre alemães e russos culminaram na Primeira Guerra Mundial. O conflito destruiu o sistema erguido um século antes em Viena e, politicamente, inaugurou o século XX.

A última tentativa de unificação geopolítica da Europa por meio da força militar aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em 1942, auge da expansão da Alemanha nazista, apenas Grã-Bretanha e União Soviética resistiam à máquina de guerra criada por Hitler. Todo o restante do continente encontrava-se sob ocupação militar ou, de uma forma ou de outra, aceitava a liderança alemã.

A idéia da união continental por intermédio da integração econômica e política nasceu dos escombros da Segunda Guerra Mundial. No

contexto bipolar da Guerra Fria, definido pela partição do continente nas esferas de influência dos Estados Unidos e da URSS, a unificação teria de permanecer limitada à Europa Ocidental. O Tratado de Roma, de 1957, que criou a Comunidade Européia, deflagrou esse projeto.

UMA FRONTEIRA EM MOVIMENTO

"Creio que a política dos Estados Unidos deve ser a de apoiar os povos livres que resistem a tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões de fora" — com essas palavras, o presidente Harry Truman enunciou, perante o Capitólio, em março de 1947, o núcleo da estratégia de contenção da URSS que se fixaria como dogma da política externa de Washington até o fim da Guerra Fria. A Doutrina Truman, como passou para a história, assinalava uma reviravolta estrutural na visão de mundo da superpotência. A Europa tornava-se o cenário focal de confrontação global e a URSS, a ameaça a ser combatida. A Doutrina Monroe, de 1823 — que fazia das Américas o teatro central da diplomacia dos Estados Unidos —, apagava-se no passado.

A Doutrina Truman foi elaborada nos dois anos anteriores ao célebre discurso. A configuração de uma esfera de influência soviética no leste europeu, a partir dos acordos firmados pelas superpotências nas conferências de Yalta e Potsdam, em 1945, acendeu as luzes de alerta entre os estrategistas das potências ocidentais. O britânico Winston Churchill lançou o primeiro brado num outro discurso famoso, no qual acusava os soviéticos de dividir a Europa por uma "cogrina de ferro". Mas o evento decisivo foi um longo telegrama enviado a Truman, assinado cripticamente por "Mr. X", codinome usado pelo conselheiro na embaixada americana em Moscou, George Frost Kennan, que identificava uma tendência expansionista secular como fonte da conduta soviética e propunha a "vigilante aplicação de uma contraforça em uma série de pontos geográficos e políticos em constante mudança, correlacionados às mudanças e manobras da política soviética".

Dito e feito. A Doutrina Truman foi o alicerce geopolítico para a deflagração do Plano Marshall (1948-1952), a constituição da OTAN (1949) e o congelamento do teatro europeu da Guerra Fria. O espaço definido pela OTAN funcionou como moldura para a edificação

institucional da Comunidade Européia e a invenção ideológica de uma Europa ocidental. Na Ásia, ela embasou o guarda-chuva nuclear de proteção do Japão, o isolamento da China Popular e as intervenções americanas nas guerras da Coreia (1950-1953) e do Vietnã (1960-1973). Na América, orientou a política de embargo contra a Cúbia de Fidel

O cinqüentário da Doutrina Truman, em 1997, vários anos depois da queda do Muro de Berlim (1989) e da implosão da União Soviética (1991), coincidiu com as decisões finais para a expansão da OTAN. Em 1999, Polônia, Hungria e República Tcheca incorporaram-se às estruturas político-militares da aliança ocidental. Em vez de terminar junto com a Guerra Fria, a Doutrina Truman se desdobrava em novo patamar, ampliando os objetivos e a esfera de atuação do principal instrumento estratégico dos Estados Unidos. Hoje, a OTAN abrange todos os países do antigo bloco soviético e seus limites orientais acompanham as fronteiras ocidentais da Comunidade de Estados Independentes (CEI).

A OTAN expandida: uma nova "Cartina de Ferro"?



O velho telegrama de "Mr. X" atribuía o expansionismo soviético não ao comunismo, mas às imagens que o nacionalismo russo construía a respeito do mundo exterior. Os russos, segundo Kennan, sentiam-se cercados e ameaçados pela hostilidade agressiva do Ocidente, e reagiam estabelecendo esferas de influência cada vez mais largas. Agindo com base na ilusão de que o mundo exterior era seu inimigo, a URSS transformava-o realmente em inimigo. "Mr. X" alertava-nos para o poder que as imagens ilusórias têm de determinar a política real dos Estados.

Ao longo da Guerra Fria, Washington construiu a sua própria imagem de Moscou — o “império do mal”, na frase quase infantil do ex-presidente Ronald Reagan. As imagens têm vida duradoura: costumam sobreviver às circunstâncias que as criaram. A expansão da OTAN foi motivada pela vontade de conservar a fronteira geopolítica entre a Europa e a Rússia, e de empurrá-la mais para o leste, encapsulando toda a Europa centro-oriental no Ocidente.

Não é segredo que essa atualização da fronteira estratégica europeia tem profunda repercussão na política interna russa. Os setores nacionalistas encontram audiência para os seus projetos de centralização da CEI. Uma Rússia insegura e temerosa enxerga, cada vez mais, o limite geográfico da CEI como a sua fronteira de segurança — o embrião de uma nova “cordilheira de ferro”.

IMPERATIVO MORAL E INTERESSE NACIONAL

"Agimos para proteger milhares de pessoas inocentes em Kosovo contra uma ofensiva militar crescente. Encerrar essa tragédia é um imperativo moral." Essas palavras foram dirigidas por Bill Clinton ao povo americano, enquanto mísseis riscavam o céu noturno de Pristina e outras cidades iugoslavas, no dia 24 de março de 1999, inaugurando o mais vasto bombardeio aéreo na Europa desde 1945. Procurando o caminho dos corações da opinião pública nacional, Clinton reciclava a mais histórica das justificativas utilizadas pela política externa americana. O "imperativo moral" foi o alicerce retórico da Doutrina Monroe e da Doutrina Truman, ecoando durante cada uma das guerras e intervenções externas conduzidas desde a Revolução Americana.

Por que as forças da OTAN escolheram a tragédia de Kosovo para exercer o "imperativo moral", esquecendo as concomitantes carnificinas em Angola, no Congo, em Serra Leoa, na Colômbia e tantas outras "guerras escondidas", algumas até mais sangrentas que a dos Balcãs? No seu pronunciamento, Clinton forneceu vagas pistas para resolver o mistério, ao explicar que a operação balcânica destinava-se "também" a defender o "interesse nacional": "Agimos para prevenir uma guerra mais vasta, para desarmar um barril de pólvora no coração da Europa, que já explodiu duas vezes com resultados catastróficos".

O barril de pólvora étnico-nacional que deflagrou a guerra europeia de 1914 e reemergiu durante a Segunda Guerra Mundial acendeu-se de novo em 1990, quando a antiga Iugoslávia começou a se despedaçar. Depois da catástrofe na Bósnia, foi a vez de Kosovo. Nessa região de maioria étnica albanesa, a violenta repressão conduzida pelo líder sérvio Slobodan Milosevic contra os separatistas kosovares ameaçava provocar "uma guerra mais vasta". A Albânia, que chegou a fornecer armas aos separatistas kosovares através da fronteira, poderia ter sido engolida para o centro do conflito. Depois, seria a vez da Macedônia, onde se avolumava o descontentamento entre os albaneses étnicos, concentrados no oeste, junto às fronteiras de Kosovo e da Albânia.

Tropas de paz da ONU encontravam-se há anos estacionadas na Macedônia, a fim de evitar uma guerra civil entre a maioria da população, formada por cristãos ortodoxos, e a minoria muçulmana, de origem albanesa. A pequena república constitui, do ponto de vista de Washington, uma pedra intocável, crucial para todo o equilíbrio estratégico da Europa de sudeste. Uma explosão étnica nesse fragmento meridional da antiga Iugoslávia provocaria, implacavelmente, o envolvimento da Grécia e da Turquia.

Grécia e Turquia formam o "flanco sul" da OTAN, bastiões da ordem estabelecida desde o pós-guerra no Mediterrâneo oriental. Mas esses estranhos "aliados" são, na verdade, rivaís históricos que quase se engajaram em guerra direta pelo controle de Chipre, em 1974. A Grécia, cristã e ortodoxa, percebe como ameaça direta a hipótese do surgimento de uma "Grande Albânia" muçulmana, na sua fronteira norte. A vizinha Turquia, muçulmana, não poderia permanecer impassível diante de um massacre dos albaneses étnicos.

No cenário de Kosovo de 1999, o "imperativo moral" identificava-se com o "interesse nacional". A operação militar da OTAN na antiga Iugoslávia não foi uma escolha política, como afirmaram os críticos neoconservadores de Clinton. Foi uma exigência estratégica. Afinal, c eterno barril de pólvora balcânico quase explodiu sob os frágeis pilares que sustentam a ordem geopolítica do Mediterrâneo oriental.

O CAMPO DE BATALHA DO EURO

As cartas estavam, finalmente, sobre a mesa. No início de 1998, seis anos depois da assinatura do Tratado de Maastricht, que definiu a meta da União Econômica e Monetária (UEM), a União Europeia divulgou a lista dos países que adotariam o euro. O drama e os episódios cômicos dos dois anos anteriores — nos quais os candidatos à adoção da moeda única abusaram da criatividade para fechar as suas contas dentro dos critérios de Maastricht — cancelavam-se no passado.

Final feliz: apenas a Grécia era excluída da fase inaugural da UEM, em função do seu elevado déficit público. Nada menos que onze países foram admitidos. A Grã-Bretanha e a Dinamarca ficaram de fora por vontade própria. A Suécia alegou que não estava preparada. Mas, na ocasião, a Europa do euro abrangia 290 milhões de habitantes e concentrava um quinto do PIB mundial.

Tudo começou com o Tratado de Roma, de 1957, que criou a Comunidade Européia (CE), agrupando França, Alemanha Ocidental, Itália e os países do Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo). No centro da construção geopolítica estava a aliança entre franceses e alemães-ocidentais, destinada a suprimir as velhas rivalidades nacionalistas que incendiaram duas vezes a Europa durante o século XX. O pano de fundo do projeto era constituído pela bipolaridade da Guerra Fria. A aliança franco-alemã funcionava como pilar europeu da solidariedade transatlântica expressa pela OTAN. A liderança estratégica dos Estados Unidos e a ameaça representada pela União Soviética formavam as balizas da Europa comunitária.

O fim da Guerra Fria dissolvera o substrato geopolítico da construção comunitária. A queda do Muro de Berlim (1989), a reunificação alemã (1990) e a implosão da URSS (1991) haviam revelado a fragili-

dade histórica dos alicerces da CE. A nova Alemanha reunificada ativa-
ra, sobretudo em mentes francesas, os pesadelos do passado. A dissipação — ao menos parcial — da ameaça soviética trouxera à tona o es-
pectro dos nacionalismos rivais.

O Tratado de Maastricht foi a resposta europeia (isto é, essencialmente franco-alemã) ao panorama novo que se descorria. A opção consistiu em aprofundar a integração, radicalmente, por meio do projeto da moeda única. Dessa forma, um aspecto vital da soberania dos Estados — o controle sobre a política monetária — passaria a ser compartilhado. Um vínculo tão forte funcionaria como contrato de parceria e amizade de longo prazo. O euro foi criado por razões políticas, mesmo se também provocava mudanças de fundo na competição econômica global.

No começo de 1998, a marcha rumo ao euro já não podia ser detida. Em julho daquele ano, foram nomeados os dirigentes do Banco Central Europeu, que se instalava em Frankfurt, na Alemanha. Em janeiro do ano seguinte, foram fixadas as taxas de conversão das moedas nacionais e, assim, o euro voou para fora da gaiola. Em 2002, entraram em circulação as notas e moedas de euro. As moedas nacionais, de repente, tornaram-se relíquias de uma outra época.

Naquela transição crucial, alguns artistas interpretaram a mudança como um roteiro para o desastre. Martin Feldstein, da Universidade de Harvard, escreveu na conceituada *Foreign Affairs* que o euro "mudará a natureza política da Europa de forma a gerar conflitos intra-europeus e confrontações com os Estados Unidos". O seu argumento central residia no caráter inconciliável das expectativas alemãs e francesas. Os alemães enxergavam no euro um clone do marco e esperavam que o Banco Central Europeu desenvolvesse uma rígida política monetária, evitando a inflação mesmo que à custa de juros altos e desemprego. Os franceses pressionavam por uma política monetária frouxa, direcionada, sobretudo, para o combate ao desemprego, mesmo que à custa de um euro fraco. Os alemães queriam um Banco Central Europeu independente dos políticos, no figurino do seu Bundesbank. Os franceses queriam que as suas necessidades políticas determinassem os rumos monetários europeus.

O historiador britânico Timothy Garton Ash, em ensaio para outra edição da mesma *Foreign Affairs*, avaliou que o euro, imaginado como "passo decisivo para unir a Europa", estava "destinado a dividir mesmo aqueles que participam da união monetária". Garton Ash seguia a trilha de Feldstein, mas não parava no meio do caminho. Seu argumento era

que a política monetária sempre implica compromissos entre diferentes grupos sociais e regiões geográficas, que têm necessidades e vontades diversas. No Estado nacional, é a soberania popular que define, através de representantes eleitos, a divisão de benefícios e prejuízos embutida, em cada momento, nesses compromissos. Mas a União Europeia não é um Estado nacional. Falta-lhe, portanto, a base de legitimidade política para forjar consensos. Nessas condições, a implantação do euro acendia o pavio de ferozes disputas entre Estados nacionais pelo controle sobre a política monetária europeia.

As profecias amargas de Feldstein e Ash não se concretizaram, mas tampouco podem ser descartadas definitivamente. Certos ou errados, eles miravam os holofotes na discussão verdadeira. A integração europeia em geral e o euro, em particular, representam desafios nacionais e remetem à conturbada história política das rivalidades europeias. São assunto para estadistas, não para economistas ou financistas.

RUMSFELD E A “TRANSFORMAÇÃO MILITAR”

Discursando em Cincinnati, perante uma platéia de veteranos das forças armadas, George W. Bush revelou em meados de 2004 o projeto de transferir de volta para os Estados Unidos até 70 mil militares, dos mais de 200 mil que serviam no exterior. É verdade que o anúncio tinha nítida finalidade eleitoral e que o processo ocorrerá gradualmente, ao longo de uma década inteira. Mas não era simples promessa de campanha.

Desde o início de 2001, o Pentágono dedicou-se ativamente ao que Donald Rumsfeld, o secretário da Defesa, batizou como "transformação militar". Os atentados de 11 de Setembro de 2001 e a "guerra ao terror" conferiram um novo sentido de urgência à "transformação", que se destina a adaptar a máquina de guerra da hipérbole aos desafios do pós-Guerra Fria. A drástica redução quantitativa das tropas no exterior é uma das consequências da "transformação". Mas a finalidade do empreendimento não é diminuir a presença militar global dos Estados Unidos.

O dispositivo militar americano recebido por Rumsfeld era, essencialmente, uma herança da geopolítica da Guerra Fria. A doutrina da contenção da União Soviética, elaborada a partir de 1947, orientou a implantação das bases militares no exterior e a concentração de tro-

pas e meios de combate em dois grandes teatros: a Europa Ocidental e a Ásia/Pacífico.

Na Europa Ocidental, em 2004 ainda se encontravam 114 mil militares americanos, de um efetivo que atingia mais de 300 mil no fim da Guerra Fria. A Alemanha, que era atravessada pela "cortina de ferro" e seria o primeiro alvo de uma hipotética ofensiva convencional soviética, hospedava quase dois terços das tropas baseadas na Europa. O restante distribuía-se pela Grã-Bretanha, Bélgica, Islândia e nas bases navais e aéreas da Europa meridional.

A implantação militar na Ásia/Pacífico repousa sobre a rede de bases no Alasca e nos arquipélagos americanos do Havaí e Guam, que configuraram o suporte estratégico para os meios de combate concentrados no Japão e na Coréia do Sul. O Japão, o principal aliado dos Estados Unidos na Ásia, que devia ser protegido da dupla ameaça de soviéticos e chineses, ainda hospedava, em 2004, 45 mil militares americanos. Na Coréia do Sul, que permanece tecnicamente em estado de guerra com a Coréia do Norte desde o armistício de 1954, estavam baseados 37 mil soldados, marinheiros e pilotos americanos.

O Golfo Pérsico, com suas imensas reservas de petróleo, e o Caribe, uma esfera de influência imediata, eram teatros importantes mas não centrais na geopolítica da Guerra Fria. No momento da invasão do Iraque, o dispositivo do Golfo Pérsico estruturava-se sobre as bases navais do emirado do Bahrein e da ilha de Diego Garcia e sobre a grande base aérea de Incirlik, na Turquia. No Caribe, a implantação militar americana assentava-se em Porto Rico, e na célebre base naval de Guantânamo, cedida indefinidamente por Cuba muitas décadas antes da revolução de Fidel Castro. A ausência de qualquer grande base americana no hemisfério sul refletia a situação periférica da África Subsaariana e da América do Sul na rivalidade estratégica da Guerra Fria.

Sob Rumsfeld, o Pentágono elaborou uma nova visão dos desafios à hegemonia dos Estados Unidos e desenhou um dispositivo militar global adaptado às "guerras do futuro". O objetivo estratégico das mudanças era integrar mais estreitamente o dispositivo global e proporcionar condições para a concentração rápida de meios de combate nos focos de novas ameaças.

Na Europa, isso significa um firme movimento rumo ao leste. De um lado, trata-se de reduzir as tropas e equipamentos blindados estacionados na Alemanha: até 2015, os militares americanos no país devem cair dos atuais 70 mil para cerca de 40 mil, um número ainda excepcio-

nal. A mudança não afetará as bases navais na Islândia e Grã-Bretanha e na Itália e Grécia, que são indispensáveis para as redes logísticas do Atlântico Norte/Mar do Norte e do Mediterrâneo. As bases aéreas na Grã-Bretanha, Alemanha, Portugal e Itália também devem ser conservadas ou até ampliadas.

De outro lado, trata-se de implantar uma rede de bases na Europa centro-oriental, a fim de soldar os laços entre os Estados Unidos e os novos integrantes da OTAN. A Polônia, situada estrategicamente no centro do corredor de planícies que conecta a Rússia à Alemanha, era óbvia candidata a receber uma grande base. A Bulgária e a Romênia podiam ser escolhidas como sedes de bases destinadas a projetar o poder militar americano no mar Negro.

Na Ásia, a idéia era reduzir as vastas concentrações de tropas no Japão e na Coréia do Sul e desenhar uma implantação militar de tipo radicalmente diferente. O Japão, atualmente, não enfrenta ameaças convencionais e possui amplos recursos bélicos próprios. O Pentágono trabalhava com o cenário de forte redução das forças de marines estacionados em Okinawa, que são fonte de ressentimentos nacionalistas no país, mas pretendia conservar as bases da Marinha e da Força Aérea. Já as tropas na Coréia do Sul começaram a ser reduzidas em um terço, com a completa retirada das forças americanas estacionadas na Zona Desmilitarizada junto à fronteira. Os planejadores americanos sustentam que o país dispõe de 690 mil soldados bem treinados para enfrentar a ameaça norte-coreana e que a guerra moderna não depende da presença permanente de forças blindadas mas do predomínio aéreo e da capacidade de mover tropas rapidamente até o campo de batalha.

A nova implantação militar asiática estará estruturada em torno de uma rede de bases flexíveis, servidas por contingentes mínimos mas adaptadas para ampliação rápida em caso de necessidade. Essas "plataformas quentes" serão instaladas na orla da Ásia meridional, em países como as Filipinas, a Tailândia, a Malásia e Cingapura, funcionando como postos avançados de grandes bases de infra-estrutura como as do Havaí, Guam e Diego Garcia, além da base naval de Yokosuka e da base aérea de Mizawa, no Japão. Um esquema semelhante de "plataformas quentes" poderá ser instalado na Europa centro-oriental, tendo por retaguarda a grande base aérea de Ramstein, na Alemanha.

O teatro do "Grande Oriente Médio" tornou-se prioridade estratégica máxima de Washington desde o 11 de Setembro de 2001. Na região do

Golfo Pérsico, operou-se uma reorganização geral das forças americanas. O Pentágono começou a retirar todos os seus militares da Arábia Saudita logo após a queda de Bagdá, pois a presença americana no país que guarda os lugares mais sagrados do Islã servia de bandeira política para os jihadistas. Uma nova base aérea, no Catar, substituiu a base saudita de príncipe Sultan. No Iraque, os planejadores americanos alimentavam a esperança de instalar uma grande base do Exército ou dos marines.

A principal novidade, contudo, estava reservada para a Ásia Central. O Pentágono já dispunha, desde 2002, de pequenas bases instaladas para sustentar as operações no Afeganistão. A idéia era implantar um grande centro militar regional, possivelmente no Quirguistão ou Tajiquistão, que serviria de retaguarda para a perseguição a terroristas no Afeganistão e ainda para manter vigilância direta sobre as rotas que conectam a Ásia Central à China.

O hemisfério sul permanece periférico, na época da "guerra ao terror". A exceção notável é a região caribenho-amazônica da América do Sul, onde se desenvolvia o conflito militar na Colômbia e se consolidava o regime nacionalista de Hugo Chávez na Venezuela. Nesse teatro, o planejamento militar americano considerava a hipótese de ampliação da pequena base colombiana, implantando um centro de operações capaz de aprofundar a "guerra ao narcotráfico" e, numa crise maior, assegurar o acesso dos Estados Unidos ao petróleo venezuelano.

PAZ E GUERRA NO ESTREITO DE FORMOSA

Depois de Hong Kong e Macau, Taiwan. Esse programa de unidade nacional da China, acalentado há décadas pelos dirigentes de Pequim, ficou um pouco mais distante após a histórica derrota do Kuomintang (KMT) nas eleições de março de 2000 em Taiwan. O sucesso do Partido Democrático Progressista (PDP) revelou a força do nacionalismo taiwanês, que tem fundas raízes históricas.

O arquipélago de Taiwan, que separa os mares da China Oriental e da China Meridional, abrange uma ilha principal, a 60 quilômetros do continente, e 77 pequenas ilhas. Até o início do século XVII, os aborígines, de origem malaia e polinésia, tinham contatos esporádicos com mercadores do litoral chinês e piratas chineses e japoneses. Na década de 1620,

Portugal instalou um entreposto efêmero na ilha, que foi batizada com o nome de Formosa. Depois, espanhóis e holandeses disputaram o seu controle, integrando-a aos circuitos comerciais do Oriente. No final do século, a dinastia Qing estabeleceu o domínio chinês sobre Taiwan, abrindo caminho para a colonização. Atualmente, os descendentes dos habitantes originais perfazem apenas 2% da população das ilhas.

No final do século XIX, Taiwan entrou na alça de mira do expansionismo japonês, que se empenhou na edificação da Esfera de Co-Prosperidade do Leste Maior Asiático. Em 1895, a derrota dos Qing na Guerra Sino-Japonesa provocou a entrega das ilhas ao império militarista oriental. O domínio japonês perdurou por meio século, até o fim da Segunda Guerra Mundial, e deixou como herança um nacionalismo taiwanês avesso a qualquer poder estrangeiro. Taiwan não experimentou o regime republicano chinês instalado pelo KMT de Sun Yat-sen em 1912. O sucessor, Chiang Kai-shek, enfrentou resistência ao consolidar seu poder na ilha, em 1947, na fase derradeira da guerra civil que travava contra os comunistas de Mao Tsé-tung.

No início de 1949, os comunistas tornaram Pequim e Chiang Kai-shek, à frente de um exército desmoralizado, retirou-se para Taiwan. Em Taipé instalou-se a capital da República da China. Durante os primeiros anos, uma repressão feroz esmagou a oposição nacionalista taiwanesa e cimentou a ditadura unipartidária do KMT. O "Estado no exílio" sobreviveu contando com a proteção da Sétima Frota americana, que passou a patrulhar o estreito de Formosa desde a deflagração da Guerra da Coreia, em meados de 1950. O regime de Taipé, um peão da Guerra Fria, foi reconhecido como governo chinês pelas potências ocidentais e pela ONU até a década de 1970.

A viagem do presidente americano Richard Nixon a Pequim, em 1972, assinalou o descongelamento das relações sino-americanas. Duas décadas depois da Guerra da Coreia e uma depois do cisma sino-soviético, Washington aproximava-se de Pequim para isolar a URSS. A consequência imediata foi a admissão do governo da China no Conselho de Segurança da ONU, em substituição ao de Taiwan. Em 1979, no governo Jimmy Carter, restabeleciam-se as relações diplomáticas com Pequim e rompiam-se as relações com Taipé. O comunicado oficial chinês dizia: "Como todos sabem, o governo da República Popular da China é o único governo legal da China e Taiwan faz parte da China". Essas palavras concentravam a "política de uma China", daí em diante acatada pelos Estados Unidos.

Taiwan já era, na época, um sucesso econômico. Na década de 1950, com a reforma agrária, o PIB per capita cresceu a taxas anuais de 3,6%. Na década de 1960, a economia voltou-se para as indústrias eletrônica, têxtil, química e petroquímica e a expansão média anual do PIB per capita ultrapassou 6,5%. O isolamento diplomático não impediu a manutenção dessa trajetória. Desde os anos 1970, Taiwan firmou-se como economia exportadora e desenvolveu uma vasta base de médias e pequenas indústrias de informática muito competitivas. De certa forma, o sucesso de Taiwan serviu de modelo para as reformas econômicas da China.

Mao Tsé-tung morreu em 1976. O novo líder, Deng Xiao-ping, concebeu as reformas na economia como meio para a ascensão da China à condição de potência mundial. Esse percurso passava pela conquista da unidade nacional, através da reincorporação dos enclaves coloniais de Hong Kong e Macau e da "província rebelde" de Taiwan. A tática elaborada para os primeiros — "uma nação, dois sistemas", ou seja, a garantia de autonomia econômica em troca da aceitação da soberania de Pequim — deveria servir também para a última.

O roteiro começou a ser perturbado pelas reformas democratizantes conduzidas por Lee Teng-hui, do KMT, em Taiwan desde 1992. Em 1996, Lee conseguiu a reeleição, mas o PDP firmou-se como oposição erguendo a bandeira da proclamação da independência. Atrás dela, encontrava-se um nacionalismo taiwanês que enxerga tanto o regime comunista da China quanto o próprio KMT como expressões distintas da opressão de Pequim sobre o arquipélago. Esse nacionalismo taiwanês venceu as eleições de 2000 e voltou a bater o KMT em 2004.

No poder e sob intensa pressão de Washington, o presidente Chen Shui-bian, do PDP, moderou suas antigas exigências de independência. Mas ele e seu partido traduzem a existência de uma nova Taiwan, que não é mais um mero peão anacrônico do jogo da Guerra Fria.

As reformas econômicas chinesas criaram uma "China litorânea" plenamente integrada aos fluxos da economia mundial. Hong Kong é o principal conduto dos investimentos estrangeiros nessa "China litorânea". Taiwan é a fonte de parcela significativa desses investimentos. Mas a prosperidade taiwanesa contrasta até mesmo com a qualidade de vida da pobre China rica do litoral. E a consolidação do poder do PDP é uma mensagem desanimadora para os mandarins de Pequim: os taiwaneses não querem o destino de Hong Kong, rejeitam a simples autonomia econômica e exigem a democracia política.

No início do governo George W. Bush, alguns neoconservadores exaltados flertaram com a idéia de estimular iniciativas pela independência de Taiwan. Eles foram logo contidos, pois essa seria a senha para uma inevitável ofensiva militar chinesa contra o arquipélago. Não há estratégia alternativa à "política de uma China". Mas, ao menos nos termos atuais, essa política não tem eco na nova Taiwan democrática.

ENTRE A "LIGA DA PAZ" E OS "POLICIAIS DO MUNDO"

O moderno sistema internacional de Estados emanou do encerramento da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), praticamente junto com a publicação da obra clássica de Thomas Hobbes, *No Leviatã*, o filósofo escreveu que: "[...] em todos os tempos os reis, e as pessoas dotadas de autoridade de soberana, por causa de sua independência, vivem em constante rivalidade, e na situação e atitude dos gladiadores, com as armas asseguradas, cada um de olhos fixos no outro; isto é, seus fortes, guarnições e caixões guardando as fronteiras de seus reinos, e constantemente com espionei no território de seus vizinhos, o que constitui uma atitude de guerra".

Essa passagem é o fundamento da teoria das relações internacionais. Nas sociedades nacionais, a "guerra de todos contra todos" só não existe porque o poder de Estado se impõe diante da vontade dos indivíduos. Mas, no sistema de Estados, nada limita a soberania dos Estados: a ausência de um poder geral, de um "governo mundial", gera uma situação de anarquia permanente. Cada Estado dispõe apenas da força para garantir a sua segurança e a sua liberdade. Por isso, os Estados "vivem [...] na situação e atitude dos gladiadores" e a guerra, quando não está em marcha, está sempre sendo preparada.

Um século e meio depois de Hobbes, e muitas guerras mais tarde, o filósofo Immanuel Kant imaginou uma solução: a constituição de uma "liga da paz" que suprimiria, para sempre, o espectro da guerra. A proposta de Kant seria facilitada pela adoção do regime republicano, "que por sua natureza deve se inclinar na direção da paz perpétua", e pela gradual reunião das repúblicas nessa liga, que asseguraria a "liberdade sob a idéia de uma lei das nações".

Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), retomou o fio kantiano e tentou confe-

tir-lhe existência prática, levantando a bandeira de uma Liga das Nações. Na Conferência de Paris, em 1919, que negociou os tratados de paz após a guerra mais mortífera até então travada, Wilson impôs a sua liga aos recalcitrantes Estados europeus. Mas o Senado americano não aceitou a ideia de uma organização mundial que pudesse limitar a soberania dos Estados Unidos e derrotou a proposta do presidente. Ironicamente, a Liga das Nações surgiu sem a participação americana — e logo se transformou num diretório das potências europeias.

No entreguerras, enquanto a Liga das Nações revelava-se cada vez mais impotente, chegaram a ser assinados tratados que colocavam a guerra fora da lei. Evidentemente, a Alemanha de Hitler não se preocupou com tratados ou com a lei quando, por meio de sucessivas agressões, conduziu os Estados à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A nova guerra, muito mais mortífera ainda que a anterior, foi o berço de mais uma “liga da paz”: a ONU nasceu em abril de 1945, pouco antes da rendição alemã, na Conferência de San Francisco.

O presidente americano Franklin D. Roosevelt foi o idealizador da ONU. Mas, desde 1943, ele enxergava a futura organização não como uma “liga da paz”, fraca e impotente, mas como um instrumento das grandes potências para conservar a paz pela força. Roosevelt alcançou o que viria a ser o Conselho de Segurança como os “Quinto-Policiais” (na época, ele não pensava na participação da China). E as Nações Unidas surgiram assim, como um retrato da distribuição de poder geopolítico-criada pela guerra mundial.

A ONU sobreviveu à Guerra Fria, escondendo-se a cada grande crise atrás do direito de veto das superpotências. Hoje, seu Conselho de Segurança, sem a presença do Japão, da Alemanha e de grandes países em desenvolvimento, parece um anacronismo e discutem-se propostas conflitantes de reforma da organização. Mas não é nada fácil produzir um consenso para a “refundação” das Nações Unidas: a experiência histórica ensina que as “ligas da paz” só surgem no momento do encerramento de grandes guerras gerais.

TRIBUNAL SECRETO

Pol Pot, o sanguinário líder do Khmer Vermelho, responsável pelo extermínio de mais de um milhão de cambojanos, ressurgiu em 1997,

depois de 8 anos sem ser visto por ninguém, exceto seus comparsas de guerrilha. Aos 73, o implacável ditador de ontem tornara-se um ancião alquebrado. Um vídeo e algumas fotos, feitos pelo jornalista americano Nate Thayer, registraram o “julgamento” do tirano por um tribunal de araque, formado pelos antigos cúmplices, que o humilhou publicamente e o condenou à prisão perpétua.

Genocídio é o outro nome de Pol Pot, nascido Saloth Sar, primeiro-ministro do Camboja entre 1976 e 1979, arquiteto da utopia de uma sociedade comunista agrária e da edificação do “homem novo”, supervisor geral dos campos da morte nos quais destruiu o incerto futuro do seu país. O regime de Pol Pot ergueu-se sobre as fundações gêmeas do fanatismo ideológico de um punhado de líderes e dos bombardeios aéreos ordenados por Richard Nixon na fase derradeira da Guerra do Vietnã, que fecharam as portas para uma alternativa política negociada no Camboja.

O genocídio foi interrompido pela invasão vietnamita, que se completou com a deposição do regime do Khmer Vermelho, em janeiro de 1979. Pol Pot e os seus embrenharam-se na selva e ativaram uma guerrilha que perdeu intensidade com o tempo. Em junho de 1997, o velho tirano ordenou a execução de seu lugar-tenente de toda a vida, Son Sen, e de onze de seus familiares por tentarem negociar um acordo de paz com o governo. Foi o canto do cisne. Ta Mok, o líder militar da guerrilha, prendeu Pol Pot e encenou o teatro judiciário numa clareira da floresta.

Então, uma dobra no tempo propiciou a invasão do presente pelo passado. O “julgamento” nas trevas da selva cambojana reativou um veio que parecia esgotado depois dos célebres Processos de Moscou dos anos 1930 e da Revolução Cultural chinesa dos anos 1960. As farsas judiciais de Josef Stalin e Mao Tsé-tung inspiraram a encenação dos Khmers, que revelavam dessa forma o que, na ocasião, pretendiam negar: sua fidelidade a si mesmos e ao seu passado.

Meio século antes da farsa Khmer, os Julgamentos de Nuremberg estabeleceram a noção jurídica de crimes contra a humanidade, base da acusação contra os líderes da Alemanha nazista, responsáveis pelo genocídio de judeus, ciganos e comunistas nos campos de extermínio. Foi sob essa mesma acusação que o Tribunal de Haia processou sérvios, croatas e muçulmanos associados a massacres e episódios de “limpeza étnica” na guerra civil da Bósnia. O que as consciências civilizadas do mundo esperavam é que Pol Pot fosse conduzido a um tribunal internacional para responder à acusação de crimes contra a humanidade.

Um julgamento desse tipo não poderia ser confundido com um vingança, mesmo se promovido pelos vencedores. Nele, as regras jurídicas que envolvem a produção de prova requerem a mais ampla defesa que O resultado do entrechoque organizado das versões da acusação e a defesa é o esclarecimento das circunstâncias nas quais se cometem crimes. Dessa forma, derrama-se luz sobre os mecanismos políticos e genocídio, seus agentes ativos e passivos, o papel dos cúmplices e d que calaram. A condenação direta da pessoa do criminoso implica desnudamento dos regimes criminosos. Cava-se uma trincheira histórica e moral em defesa da civilização.

Foi para evitar esse desnudamento que os governos sérvio e croata tentaram impedir a captura de líderes políticos e militares da guerra Bósnia. Pelo mesmo motivo, Ta Mok e os remanescentes do Khmer sequer cogitaram a hipótese de entregar Pol Pot a um tribunal internacional. Afinal, um julgamento genuíno traria à tona as responsabilidades indiretas de todos os que, em um momento ou outro, deram a asilo aos Khmers — uma heterogênea confraria que abrange governantes chineses, tailandeses e americanos.

No lugar disso, o velho tirano em desgraça foi sentenciado à "prisão perpétua domiciliar". Meses depois, em abril de 1998, Ta Mok esgotou de uma ofensiva militar embrenhando-se nas trilhas da floresta levando seu célebre prisioneiro. No dia 15 daquele mês, segundo fôr do Khmer, Pol Pot morreu de ataque cardíaco e seu corpo foi queimado numa cerimônia testemunhada apenas por um grupo de guerrilheiros caçados. Um capítulo trágico da história da Guerra Fria virou círculo "coração da escuridão".

ILUSÕES PERDIDAS

O historiador Eric Hobsbawm não deixou por menos: o seu *Era dos Extremos*, publicado originalmente em 1994, trazia o subtítulo: "o bêbado XX (1914-1991)". Desse modo, ao conhecido consenso historiográfico segundo o qual o século XX começou atrasado, no anel que eclodiu a Primeira Guerra Mundial, adicionava-se a conclusão de que ele terminou adiantado, no ano em que desaparecia a URSS. A torrente de transformações dos "três anos mágicos", de 1989 a 1991, quando ci-

Muro de Berlim, a Alemanha foi reunificada e o "império vermelho" desintegrou-se, era interpretada como a inauguração de uma nova era.

Aqueles anos foram um tempo de grandiosas esperanças e vastas ilusões. A supressão da "corda de ferro" pareceu abrir caminho para a edificação de uma Europa livre de blocos estratégicos e militares. As visões do francês Charles de Gaulle — a Europa unida "do Atlântico aos Urais" — e do russo Mikhail Gorbachev — a "Casa Comum Europeia" — estariam a um passo de transitar da esfera dos sonhos para a da geopolítica. A Rússia poderia, finalmente, integrar-se à "grande família do Ocidente", retomando uma velha tradição celebrada nos salões da corte, em 1051, pelo casamento de Ana de Kiev com Henrique da França, e no campo de batalha, em 1814, com o cerco de Paris pela Santa Aliança antinapoleônica.

O cenário europeu mudou radicalmente depois da queda do Muro de Berlim. Mas as esperanças dos "três anos mágicos" diluíram-se nas crudas realidades da política de poder. O Ocidente perdeu a Rússia, nos sentidos econômico e estratégico. No início de 1992, quando o governo reformista e liberal de Yegor Gaidar, o primeiro-ministro de Boris Yeltsin, contava com as simpatias populares, o FMI abotou a concessão de créditos novos, concentrando-se apenas em garantir a rolagem da dívida externa russa. Nos anos seguintes, os reformistas foram sendo marginalizados, enquanto as máfias consolidavam seu controle sobre uma economia em ruínas. Quando o FMI forneceu, enfim, um pacote de empréstimos de US\$ 10 bilhões, na primavera de 1996, seu único propósito era garantir a reeleição de um Boris Yeltsin destituído de qualquer impulso de reforma.

Do ponto de vista estratégico, a decisão de expandir a OTAN para a Europa centro-oriental, definida em meados da década de 1990, enterrou de uma vez as elites políticas pró-occidentais na Rússia. O bombardeio da antiga Iugoslávia, na primavera de 1999, provavelmente entrará para a história como marco de encerramento de um ciclo, no qual se inflaram e se destruíram as esperanças de uma integração russa ao concerto do Ocidente.

A Guerra Fria não foi apenas o tempo do conflito Leste-Oeste, mas também o da cisão Norte-Sul. A descolonização afro-asiática, derivada em grande medida da corrosão do poder das velhas potências europeias, evidenciou os fenômenos da pobreza e do subdesenvolvimento. Uma coalizão heterogênea de líderes nacionalistas — o comunista iugoslavo Josip Broz Tito, o panarabista egípcio Gamal Abdel Nasser, o neutralista indiano Jawaharlal Nehru e o populista indonésio Ahmed

Sukarno — edificou o Movimento dos Países Não-Alinhados, cuja identidade cristalizava-se na oposição à dupla polaridade das superpotências. Os geógrafos, sempre propensos a criar rótulos abrangentes, sintetizaram essas linhas de ruptura através das expressões Primeiro Mundo, Segundo Mundo e Terceiro Mundo.

O encerramento da Guerra Fria vitimou essas representações geopolíticas e as ideologias que elas sustentavam. Na década de 1990, o socialismo e o nacionalismo econômico cederam lugar às estratégias de abertura dos mercados e atração de investimentos internacionais. O vocabulário da globalização universalizou-se, expressando a hegemonia política das idéias econômicas liberais.

Entre 1991 e 2000, os fluxos de investimentos externos percorreram um ciclo completo, da euforia ao colapso. Na primeira fase do ciclo, os investimentos externos financiaram o crescimento das economias do leste e sudeste da Ásia, América Latina e Europa centro-oriental. A China tornou-se o segundo maior receptor de investimentos internacionais, atrás apenas dos Estados Unidos. Em Kuala Lumpur, a capital da Malásia, o início da construção da Petronas Tower, projetada como o mais alto arranha-céu do mundo, simbolizou os sonhos de grandeza daqueles anos.

Na segunda, a reversão dos fluxos golpeou devastadoramente os mercados financeiros e as moedas das chamadas "economias emergentes". O primeiro sinal de perigo veio no México, em 1994. Em 1997, os "Tigres Asiáticos" sucumbiram na tormenta. Depois, entre 1998 e 2000, a hora da verdade veio para a Rússia, o Brasil e a Argentina. Na virada do século, a "exuberância irracional" da Bolsa de Nova Iorque, uma expressão criada por Alan Greenspan, o então poderoso presidente do Federal Reserve, deu lugar a uma súbita e violenta derrocada que cancelou ativos financeiros bilionários.

No pós-guerra, a economia capitalista internacional estruturou-se em torno do Sistema de Bretton Woods, que estabeleceu paridades fixas entre o dólar e o ouro. Esse mecanismo garantiu um ambiente de estabilidade cambial ao longo de quase três décadas. No início dos anos 1970, as paridades fixas foram abandonadas, pois as reservas de ouro dos Estados Unidos não eram mais capazes de fornecer lastro para a imensa quantidade de dólares em circulação na economia mundial. O dólar e todas as demais moedas passaram a flutuar livremente.

A explosão dos fluxos de capitais, na década de 1990, revelou a instabilidade extrema do sistema de livre flutuação cambial. As crises no

México, na Ásia, na Rússia e no Brasil foram precipitadas e agravadas por terríveis colapsos cambiais, que refletiram a contradição entre a globalização financeira e as moedas nacionais. Na União Européia, a unificação monetária serviu como pára-raio contra a tempestade dos fluxos financeiros. No resto do mundo, em particular nos países em desenvolvimento, não existiam pára-raios.

"Nova ordem mundial" — essa expressão foi consagrada por George H. Bush, o Bush sênior, num discurso proferido perante uma sessão conjunta do Congresso americano, no dia 11 de setembro de 1990, exatamente onze anos antes dos atentados terroristas contra Nova Iorque e Washington. Aqueles eram os anos mágicos do encerramento da Guerra Fria. E aquela era uma profecia assentada sobre a percepção de um mundo ordenado e liderado pelos Estados Unidos. A expressão não durou sequer uma década. No portal do século XXI, teria sido melhor inscrever aquilo que disse um dia Sam Goldwyn, o antigo magnata do cinema: "Nunca profetize, especialmente sobre o futuro".